NOTAS TAQUIGRÁFICAS

K/DO/abs

PRIMEIRA CÂMARA

SESSÃO DO DIA 09.09.97

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 6856 (49300-7), CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, EXERCÍCIO DE 1991.

RELATOR: CONSELHEIRO PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, MAURÍCIO ALEIXO.

CONSELHEIRO PRESIDENTE , EM EXERCÍCIO, MAURÍCIO ALEIXO:

Trata-se do julgamento sobre prestação de contas da Câmara Municipal de Ponte Nova, referente ao exercício de 1991.

O processo em tela contou com abertura de vista ao prestador, que se manifestou a respeito das irregularidades apontadas nos autos pelo Órgão Técnico, em 07/12/92.

O Sr. Relator concedeu nova abertura de vista ao prestador, em 28/10/93, que se manifestou apresentando novas alegações.

A Auditoria e a Procuradoria opinam pela irregularidade das contas, nos termos do art. 145, inciso III da Resolução TC - 10/96, às fls. 161 e 162, respectivamente.

Considerando que a instrução do feito reúne elementos capazes de ensejar conhecimento da matéria, a documentação estando completa e nada havendo que impeça esta Corte de se pronunciar sobre as contas, manifesto-me, essencialmente, sobre suas irregularidades:

I - Remuneração dos Agentes Políticos

O Órgão Técnico, conforme anexos 15A/16A de fls. 23/26, apurou os seguintes recebimentos a maior:

-Cada Vereador: Cr\$2.615.263,95;

- Presidente da Câmara: janeiro a junho (Wilson Carvalho e Silva) - Cr\$ 595.605,56;

- julho a dezembro (Angelino Carvalho) - Cr\$ 1.186.506,34;

-Verba de Representação ao Secretário e Vice-Presidente: Cr\$2.585.334,00.

Considero irregulares os valores recebidos a maior, fixando o prazo de 30 dias para que os mesmos sejam restituídos aos cofres públicos, nos termos da Súmula TC-69.

Determinando desde já a expedição da certidão pela DFOM.

II - Despesas não afetas ao Município:

No anexo 8, fls. 116, o Órgão Técnico consigna os seguintes dispêndios:

-pagamento da anuidade de 1991, do Conselho Regional de Contabilidade da funcionária Marta Lúcia Lima Soares Cr\$17.892,63.

Considero irregular consoante Súmula TC-95.

-Pagamento de almoço aos examinadores do DETRAN que estiveram na cidade para fazer exames para expedição de carteiras de motoristas - Cr\$34.330,00.

Considero irregular, salvo convênio.

Os valores, no total de Cr\$52.222,63, deverão ser ressarcidos aos cofres públicos no prazo de 30 dias.

Determinando desde já a expedição da certidão pela DFOM.

III - Adiantamentos de salários

No anexo 10, fls. 117/123, a DFOM constatou os adiantamentos de salários a funcionários e vereadores da Câmara.

Considero irregular este procedimento, advertindo o Presidente da Câmara a não praticar este ato por contrariar a Súmula TC -90.

Voto Final: Voto pela regularidade das contas, desde que os valores apontados nos itens I e II deste relatório sejam ressarcidos aos cofres municipais, devidamente atualizados, no prazo estipulado de 30 (trinta) dias.

Não ocorrendo a comprovação destas determinações no termo aprazado, pela irregularidade das contas, consoante disposições do art. 145, inciso III, alínea “b” da Resolução 10/96 do TC.

CONSELHEIRO JOSÉ FERRAZ:

Acompanho o voto do Conselheiro Relator .

CONSELHEIRO EDUARDO CARONE:

Acompanho o voto do Conselheiro Relator .

CONSELHEIRO PRESIDENTE , EM EXERCÍCIO, MAURÍCIO ALEIXO:

APROVADO O VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR, À UNANIMIDADE.